

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: INSERÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA NO MERCADO DO TRABALHO¹

Aluna: Marília Jecane Massava

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender a relação que as políticas públicas têm na inserção da mulher moçambicana no mercado de trabalho. A criação das políticas públicas, para além de constituir um programa comum a ser seguido pelas esferas da sociedade política, social e econômica, visa fundamentalmente a resolução de problemas que a sociedade enfrenta. Sendo assim, urge questionar: Em que medida a adoção das Políticas Públicas influencia na inserção da mulher no mercado de trabalho? Através da forma de abordagem do problema, a pesquisa é de carácter qualitativo, trata-se de um estudo de caso a partir de uma abordagem qualitativa, em que participaram mulheres inseridas no mercado de trabalho. Através do estudo e análises realizadas, constata-se que, apesar dos avanços verificados com uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, as determinações socioeconômicas, políticas e culturais que incidem sobre as relações de gênero dificultam a aplicabilidade das políticas públicas criadas pelo governo.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Gênero, Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This research aims to understand the relationship which public policies have in the insertion of Mozambican women in the labor market. The creation of public policies, in addition to constituting a common program to be followed by the areas of political, social and economic society, fundamentally goals at solving problems that society faces. Therefore, it is urgent to ask: To what extent does the adoption of public policies influence the insertion of women in the labor market? Through the approach to the problem, the research is qualitative, it is a case study based on a qualitative approach, where women from the labor market participated. Through the study and analyzes carried out, it appears that, despite the advances made with a greater insertion of women in the labor market, the socioeconomic, political and cultural determinations that affect gender relations hinder the applicability of public policies created by the government.

Keywords: Public Policies, Gender, Labor Market.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública. Defendido e Aprovado em: 23/02/2021

1. INTRODUÇÃO

Após uma longa luta armada pela independência nacional (1964 – 1974), Moçambique conquistou a sua independência em junho de 1975. Todavia, o país encontra-se ainda em vias de desenvolvimento. (NEWITT, 1995). Com a independência conquistada, veio a Constituição que visa definir os princípios, as leis e normas que regem a sociedade moçambicana. A primeira constituição da República Popular de Moçambique elaborada em 1975 dá corpo a igualdade de gênero perante a lei, prescrevendo os princípios reguladores dos direitos, dos deveres e das relações entre homens e mulheres. Este princípio foi retomado e consolidado na Constituição da República de 1990 e 2004, concretamente nos artigos 67.º e 36.º, que estipulam que o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural.

Os primeiros relatos de trabalho das mulheres começaram muito antes do período colonial, entretanto, no período colonial o trabalho de maior parte das mulheres restringia-se ao ambiente doméstico, tendo como atividades principais: educar os filhos, zelar a honra familiar e o cultivo da terra. A atuação das mulheres no processo revolucionário foi antecedida pela participação em movimentos de resistência contra a situação colonial. Antes mesmo do início da luta armada, mulheres camponesas cumpriram um papel estratégico na propaganda anti-colonialista e essa experiência também foi vivenciada por mulheres das zonas urbanas, estudantes das cidades de Maputo e Xai-Xai que atuavam no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), de onde saíram lideranças que vieram a compor os primeiros quadros da Frelimo. (SANTANA, 2006). Com Moçambique pós-independência a economia começa a desenvolver-se e começa a se viver a integração da mulher no mercado de trabalho de forma efetiva.

As desigualdades de gênero no trabalho nesta altura eram evidentes, tendo uma diferença em termos de taxa de participação na força laboral dos homens e mulheres. O NESAM foi responsável por suscitar em um grupo de mulheres a vontade de se aliar à causa da independência. Porém, algumas delas não satisfeitas com a distribuição dos trabalhos, que tinham como função a distribuição de panfletos, chegaram a pegar em armas, foi o caso de Josina Machel, da província de Inhambane, que chegou à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1965. Sua atuação nesta organização lhe permitiu ocupar espaços superiores,

como a chefia do Departamento de Relações Exteriores e Assuntos Sociais, prestando assistência, em especial, às causas das mulheres integrantes da FRELIMO ou não, tendo sido uma de suas iniciativas, a criação de orfanatos para cuidar dos filhos das combatentes. (SANTANA, 2006).

A desigualdade de gênero vem sendo reconhecida como um fator de perpetuação do subdesenvolvimento e da pobreza. Constatou-se que as mulheres encontram-se cada vez mais, e de um modo desproporcional, vulneráveis à pobreza. Por outro lado, reconhece-se que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são condições fundamentais para o desenvolvimento do país. (SARMENTO, 2011).

Estima-se que pelo menos 90% de todas as mulheres economicamente ativas estejam envolvidas na agricultura, comparado com 66% dos homens economicamente ativos, e que a maioria das mulheres esteja empenhada na agricultura de subsistência. (SARMENTO, 2011). Permanecer na agricultura, embora proporcione segurança ao agregado familiar, não é vantajoso para as mulheres, pois elas se dedicam somente a essa atividade e não têm nenhuma perspectiva melhor de vida.

Uma característica estrutural de Moçambique é a existência significativa de desemprego e subemprego, sendo o gênero mais afetado o feminino, tendo esta grande dificuldade em postos de trabalho em número suficiente para absorver os desempregados e incluir os que ingressam. O desemprego está acentuado nos grandes centros urbanos. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2004/5 a taxa de desemprego foi de 18,7% sendo que nos grandes centros urbanos essa taxa teve um crescimento de 6,7% de 2004 a 2005.

Ainda segundo a pesquisa do INE (2017), há mais pessoas do sexo feminino desempregados. A disparidade de gênero segundo a pesquisa feita, pode não estar relacionada com a discriminação, mas sim com as diferenças como o perfil das mulheres, as habilidades e o nível de escolaridade. Moçambique ainda apresenta uma percentagem relativamente elevada de analfabetismo nas mulheres, de acordo com o censo de 2007, esta percentagem é de 64,2% o que deve constituir uma grande preocupação, por ser um entrave ao envolvimento da mulher no desenvolvimento do país.

Não obstante os avanços registados nos esforços na luta pela emancipação e eliminação das desigualdades entre homens e mulheres através da promoção dos direitos humanos das mulheres, ainda persistem algumas hesitações impregnadas nas construções sociais assentes na

dominação masculina e que tendem a colocar a mulher numa situação pouco confortável. Especificamente, continua a ser baixa a percentagem de mulheres que ocupam cargos políticos e públicos, de domínio de direção e chefia. (SARMENTO (2011). A sociedade moçambicana ainda não aceitou completamente a posição da mulher como trabalhadora. Infelizmente, ainda prevalece o pensamento de que as mulheres devem ocupar os espaços públicos, desde que essas atividades não interfiram no bem-estar da família.

A participação das mulheres no mundo do trabalho tem sido grandemente afetada pela questão de gênero, quer no seio familiar ou no mercado de trabalho, o que se justifica principalmente com assuntos ideológicos sobre os papéis sexuais e com a resistência à mudança mesmo quando esta é economicamente racional. Por isso, as políticas de desenvolvimento do país devem ser mais ousadas para que as mulheres possam singrar em áreas não tradicionais, tais como indústria mineira, política nacional e internacional, energia, finanças, transportes, comércio internacional, entre outras. (SARMENTO, 2011).

Entender melhor como as desigualdades e preconceitos têm impactado para as mulheres estarem ou não em posição de igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho é de extrema importância. As mulheres conquistaram muito nos mais diversos âmbitos, mas a estabilidade e independência financeira que o trabalho pode proporcionar é, sem dúvidas, um fator de estímulo para que elas se mantenham em constante evolução. (FREITAS, 2018).

Com a grande demanda de problemas que as mulheres lidam diariamente, o governo moçambicano começou a criar políticas públicas voltadas para a participação da mulher nas diferentes esferas da sociedade e não só. Nisso, foi criado o Ministério de Gênero, Criança e Ação Social (MGCAS) com o objetivo de promover a igualdade de gênero no nosso país. Existem movimentos sociais engajados nessa luta, como a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM) e o Fórum Mulher.

Todavia, observando os dados de desemprego que afetam maioritariamente as mulheres, nota-se que mesmo após a criação de vários programas de promoção da igualdade de gênero desde a independência de Moçambique, que as desigualdades não só no mercado de trabalho como no geral ainda assolam as mulheres moçambicanas. A partir dessa exposição, faz-se a seguinte questão: *Em que medida a adoção das Políticas Públicas influência na inserção da mulher no mercado de trabalho?*

Referente ao problema, a hipótese inicial é de que a aplicação das políticas públicas seja obrigatória, podendo influenciar positivamente na obtenção de uma sociedade igualitária ou com menos desigualdade, na medida em que as políticas públicas contêm elementos fundamentais para a promoção, e divulgação de informações relativas à participação da mulher nas diferentes esferas da sociedade.

No que diz respeito à escolha deste tema, está relacionado com o meio ambiente acadêmico, pois através da disciplina de Políticas Públicas de gênero, raça e geração, trouxe em mim inquietações relativas aos desafios para a construção de políticas públicas. Outro aspecto veio do forte desejo de querer contribuir de forma positiva para o desenvolvimento em Moçambique, minha terra natal e país para o qual pretendo regressar para desenvolver a minha profissão como gestora e pesquisadora. Fui movida pelos ideais que me foram incutidos ao longo da minha vida pelas mulheres da minha família, que sempre fomentaram em mim a importância dos estudos para que assim pudesse obter independência e autonomia tanto financeira como social. Acredito na importância da pesquisa pela melhoria no meu aprendizado assim como pela contribuição literária nessa área que é escassa.

O trabalho tem como objetivo geral, compreender a relação que as políticas públicas têm na inserção da mulher moçambicana no mercado de trabalho, e cinge-se nos seguintes objetivos específicos: identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres moçambicanas no trabalho; analisar o papel da mulher na sociedade moçambicana e comparar a distribuição percentual dos cargos de direção por idade e gênero.

A questão da mulher, do seu papel e lugar na sociedade continua em aceso debate tanto nos fóruns internacionais e, em particular em Moçambique. Neste contexto, pretende-se com o estudo questionar o papel que as políticas públicas têm nesse cenário que vivenciamos, olhando nas maneiras como a mulher é construída socialmente, traçando medidas de modo a alterar esse cenário, pois, só assim seria possível mudar o seu papel no espaço social por elas ocupado.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Metodologia é o caminho para se chegar a um fim, ou seja, é o caminho em direção a um objetivo. (TARTUCE, 2006). Nesse sentido, o presente capítulo visa apresentar os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa.

O presente trabalho, quanto aos seus objetivos, fará uso da abordagem qualitativa, uma vez que a pesquisa se propõe a compreender a relação existente entre as políticas públicas e a inserção da mulher moçambicana no mercado de trabalho. Sustentando-se no pensamento de Richardson (1999, p. 60), ao explicar que o método qualitativo aprofunda a compreensão das relações humanas nas frequências e condições de determinadas situações sociais. Por sua vez, Selltiz et al (1984) mostra que a abordagem qualitativa analisa a interação de certas variáveis, bem como compreende e classifica o processo dinâmico vivido pelos grupos sociais, para além de possibilitar o atendimento das particularidades do comportamento dos autores em questão.

Para se ter maior clareza quanto ao fenômeno estudado, optou-se como método de pesquisa, o estudo de caso de caráter exploratório. De acordo com Gil (2002, p.54) o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. O estudo de caso permite explorar situações da vida real cujo limite não está claramente definido, permite também observar o caráter unitário do objeto estudado e descrever situações do contexto em que está sendo feita determinada investigação e/ou pesquisa, formular hipóteses ou desenvolver teorias.

A elaboração deste trabalho contou também com a pesquisa bibliográfica, conforme mostra Marconi e Lakatos (2002, p.71) “a pesquisa bibliográfica, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão”. Esta fase foi crucial pois, “sua finalidade é de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.71). O momento da pesquisa bibliográfica é fundamental, pois fornece ao pesquisador a oportunidade de se familiarizar com o tema, para que possa construir posteriormente o referencial teórico.

As técnicas de recolha de dados escolhidos foram a entrevista semiestruturada e o questionário. A combinação destas técnicas possibilitou maior aprofundamento e abrangência do objeto de estudo. Segundo Almeida e Pinto (1975, p. 397) “entrevista é entendida como procedimento de recolha de informação que utiliza a forma de comunicação verbal por meio de inquérito ou por questionário, onde basicamente, esta técnica se apoia numa série de perguntas

dirigidas a um conjunto de indivíduos (grupo alvo) ”. A entrevista semiestruturada, de acordo com Bell (1997) é aquela que obedece um roteiro previamente estabelecido, consistiu na interação verbal com as pessoas selecionadas, residentes na cidade de Maputo. Na qual, baseou-se no questionário aberto, cujas questões abriam espaço para as entrevistadas exporem os seus pontos de vista e opiniões que levassem a compreender de forma precisa como as políticas públicas influenciavam na inserção da mulher no mercado de trabalho.

Assim, com o questionário previamente elaborado, foi possível entrevistar remotamente 5 mulheres, via WhatsApp, das quais já se encontram inseridas no mercado de trabalho e 1 se encontra desempregada. As entrevistas remotas, com duração de 30 a 45 minutos, foram realizadas do dia 12 até dia 20 de Janeiro de 2021.

O artigo está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, introdução, apresenta de forma breve o assunto em discussão. O segundo capítulo trata do procedimento metodológico utilizado na pesquisa. O terceiro capítulo, compete a revisão bibliográfica e o referencial teórico, onde aprofundaram-se as bases teóricas e os conceitos básicos sobre as políticas públicas e a inserção da mulher no mercado de trabalho. No quarto capítulo encontram-se as análises e discussões dos resultados. Por último, têm-se as referências bibliográficas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresentam-se os fundamentos teóricos relacionados a políticas públicas e inserção da mulher no mercado de trabalho

3.1. Políticas Públicas: origem e conceito

O assunto sobre políticas públicas tem sido estudado e aperfeiçoado por diversos autores. Como por exemplo, para Souza, as políticas públicas são espaços (ou campos) que contemplam conhecimentos teóricos da parte da academia e empíricos emanados mediante discursos de cidadãos que procuram promover a ação governamental ou recomendar possíveis alterações nessas ações. As políticas públicas são, em verdade, um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução dos problemas da sociedade. (SOUZA, 2006).

As políticas públicas estão diretamente associadas ao Estado. Elas constituem-se em um dos principais resultados da ação do Estado. E o seu foco é atender as demandas da sociedade, bem como promover possíveis avanços e mudanças sociais a partir das decisões tomadas, das escolhas feitas e dos caminhos traçados, em relação às estratégias de intervenção realizadas. (GIANEZINI, et al.2017).

A política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública. (FARAH, 2004).

As políticas públicas ao longo da história contou com as contribuições de autores como: Lasswell (1936); Simon (1957); Lindblom (1959); Lynn, entre muitos outros. Para Lasswell e Simon, por exemplo, a fundamentação preliminar das políticas públicas ocorreu a partir do termo *policy analysis* para agregar os conhecimentos científico e acadêmico com as ações governamentais, adicionando, também, o conceito de racionalismo limitado dos *policy makers*. (GIANEZINI, et al. 2017).

Para Sebrae/MG (2008) as “políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade” ou seja, as políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

As políticas públicas visam alcançar o bem-estar da sociedade, e o papel do governo consiste em analisar as demandas e selecionar as prioridades da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade, isso se deve porque a sociedade não consegue expressar as suas demandas de forma integral. (SEBRAE/MG, 2008).

Em outras palavras, as Políticas Públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses. Tais interesses podem ser específicos – como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região – ou gerais – como demandas por segurança pública e melhores condições de saúde. (SEBRAE/MG, 2008, p.7).

Ao analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, pode-se verificar em que medida as iniciativas do Estado têm contribuído para a promoção da igualdade, bem como a inserção da mulher no mercado de trabalho. (FARAH, 2004). O Estado tem um papel crucial na formulação das políticas públicas, é importante que ele

reconheça as necessidades específicas de cada grupo social para que esses grupos possam ser contemplados com as políticas públicas que forem criadas.

3.2. A Questão do Gênero em Moçambique

O conceito de gênero refere-se aos papéis socialmente construídos, comportamentos, atividades e atributos que uma determinada sociedade considera apropriados para homens e mulheres. As relações de gênero variam e mudam numa mesma sociedade de acordo com outras categorias sociais, tais como raça, classe, idade, orientação sexual, etnia e religião. Estes fatores não agem de forma independente e criam um sistema que reflete o "cruzamento" de múltiplas formas e atitudes de discriminação. As discussões sobre as relações de gênero não abrangem apenas a análise da distribuição de recursos e poder entre homens e mulheres, mas também a análise sobre as desigualdades entre as outras categorias sociais. (MGCAS, 2016).

O termo *gênero* se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; enquanto o *sexo* se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior *status* que a construção social do ser mulher?. (SOARES, 2004, p.113).

O conceito de gênero, ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem como um de seus componentes centrais desigualdades de poder. Nas sociedades ocidentais, marcadas também por outros 'sistemas de desigualdade', como apontado pela abordagem pós-estruturalista, é possível constatar, no entanto, que o padrão dominante nas identidades de gênero de adultos envolve uma situação de subordinação e de dominação das mulheres, tanto na esfera pública como na privada. (FARAH, 2004).

A desigualdade de gênero nos países Africanos, em geral, está relacionado com os papéis sociais desempenhados pelos homens e mulheres, como o nível de rendimento, as disparidades no acesso à educação formal, à saúde, aos recursos, à informação e à comunicação, bem como a participação nos processos de tomada de decisão. No caso específico de Moçambique, as desigualdades sociais constam que a mulher constitui, frequentemente, o ator mais fraco, particularmente no que respeita ao acesso a recursos, como rendimento ou terra, ou ao nível da participação cívica e comunitária. (AGY, 2017).

A desigualdade de gênero em Moçambique já era notória desde o período colonial, onde privilegiaram-se os interesses do país colonizador e promoveu-se um sistema de ensino desigual e excludente para os nativos (indígenas e/ou negros). Nesta fase, as questões de gênero associadas à educação e ao trabalho implicaram também mais fatores de exclusão para as mulheres, que por pertencerem ao gênero feminino viam os seus direitos de cidadania restritos e o seu direito à educação limitado e desvalorizado. (SILVA, 2007).

A questão de gênero em Moçambique continua sendo problemática, mesmo com a existência de programas e planos que têm como objetivo aliviar a pobreza e minimizar as desigualdades existentes no seio da população (como PARPA I, II, Agenda 2025, Plano Estratégico, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, entre outros). Dentre esses programas e planos, notam-se alguns avanços, como por exemplo na expansão de serviços primários. Entretanto, para outros, os progressos são muito lentos, como é o caso do setor da educação, que embora seja um dos pilares importantes para a inserção da mulher na vida política, econômica e social, segundo os objetivos do milênio para Moçambique (2010), continua a apresentar desafios enormes quanto à inclusão da mulher e à promoção da igualdade de gênero. (AGY, 2017).

Na Brochura sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, temos como objetivo número três: Promover a Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher. E tem como desafio encontrado:

Elevar a participação da mulher nos órgãos decisórios, principalmente ao nível local, onde a percentagem da participação da mulher continua longe da meta preconizada no protocolo da SADC sobre gênero e desenvolvimento que é de 50% até 2015. (MOÇAMBIQUE, 2015).

Esse programa foi pensado com o intuito de se atingir esses objetivos até 2015, no entanto apenas o que foi possível atingir foi o índice de paridade de gênero, existia a potencialidade para alcançar a meta de 2015 que era o percentual de assentos ocupados por mulheres na Assembleia da República, mas não se atingiu. Embora tenham programas e planos bem elaborados para promover a igualdade de gênero, o não cumprimento desses planos condiciona o acesso a melhores postos de emprego por parte da mulher.

Em Moçambique existe o Ministério de Gênero, Criança e Ação Social, que é o órgão do Governo responsável pela promoção da igualdade e equidade de gênero, de coordenação nas diferentes esferas de desenvolvimento político, econômico, social e cultural na perspectiva do

gênero. O MGCAS elaborou em 2016 o Perfil de Gênero em Moçambique visando a operacionalização das políticas e estratégias, através de atualização de informações e fornecimento de técnicas relativas a planificação necessárias para a implementação de programas, o Perfil de Género pretende oferecer uma fotografia da situação de igualdade de género em Moçambique ao nível macro, meso e micro, identificar os constrangimentos e as oportunidades para a promoção da igualdade de género no país, e propor recomendações práticas e operacionais. (MGCAS, 2016).

Um fator importante encontrado no perfil de gênero está relacionado com os desafios que o país enfrenta com a implementação das leis e das estratégias nacionais que protegem os direitos das mulheres.

Existem leis que, em teoria, formalizaram a igualdade entre homens e mulheres em muitos sectores e áreas. No entanto, na prática, as mesmas são pouco implementadas. Muitas vezes, as mulheres não têm conhecimento dos seus direitos, e o sistema judiciário não está preparado para lidar com o facto de as mulheres não terem acesso à justiça de uma forma sensível ao gênero. Isto explica-se, em parte, pela ideia de que "gênero" é sobre mulheres e não sobre igualdade de direitos e oportunidades ou partilha igual de poderes entre homens e mulheres. (MGCAS, 2016, p.10).

Ao assumirmos que as leis nem sempre são suficientemente conhecidas tanto pelos cidadãos como pelas pessoas responsáveis pela sua implementação, significa a inexistência de códigos de processos suficientes que apoiem na interpretação das leis e na aplicação das mesmas. No contexto moçambicano, a fraca aplicação de leis que assegurem a igualdade de gênero resulta prejudicialmente para as mulheres, o que por exemplo justifica a violência contra a mulher ou a privação da mulher à posse da terra com base na tradição, na qual o homem é que possui a terra. (MGCAS, 2016), principalmente em sociedades e/ou famílias patrilineares.

Para inverter a questão de gênero em Moçambique, é fundamental o papel do Estado na construção da igualdade, mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero nas diferentes esferas de desenvolvimento político, econômico, e social e cultural. (SOARES, 2004).

O Estado nas suas ações não é neutro em relação às desigualdades presentes na sociedade e ao assumir, dentro de sua organização, um lugar para a construção de políticas que visem a igualdade, como são, por exemplo, as coordenadorias ou as secretarias de políticas para as mulheres, também dialoga com concepções que acreditam que a condição de subordinação das mulheres será superada sem que seja imperativa uma ação do Estado, que isto deverá acontecer naturalmente na sociedade. (SOARES, 2004, p.114).

O Estado precisa reconhecer as demandas específicas das mulheres e admitir a existência dessas desigualdades e do seu papel determinante nas ações capazes de combater as desigualdades. Aceitar é um primeiro passo, mas não o suficiente. É indispensável incorporar na sua agenda a construção da igualdade. Assim, a desigualdade no mercado de trabalho deve ser discutida com os empresários, no sentido de apontar a não neutralidade do Estado nas suas ações. (SOARES, 2004).

3.3. O Papel da Mulher na Sociedade Moçambicana

Historicamente, homens e mulheres aprendem por meio da socialização valores, normas, hábitos e costumes, crenças e adquirem conhecimentos que lhes servem de ferramenta para desempenhar diferentes papéis na sociedade que tradicionalmente lhes têm sido atribuídos diferentes funções que, uma vez internalizados, são tidos como “naturais”. Esses atributos e funções são definidos com base na distinção entre os sexos. (BOLACHA, 2013).

A história da humanidade faz constatar que universalmente a mulher foi considerada como um ser inferior, sujeito ao homem, útil unicamente para a geração da prole e para os trabalhos domésticos. Foi construído um tipo de sociedade baseado na exclusão da mulher da participação dos processos de desenvolvimento. (BOLACHA, 2013, p. 35).

O papel da mulher é definido desde cedo, começando pela própria educação dada à mulher no seio familiar. A condição biológica da mulher como reprodutora assume um aspecto determinante que justifica a situação de dominação a que fora submetida, bem como o lugar da esfera privada a ela destinado. (BOLACHA, 2013).

Portanto, há uma diferença bastante acentuada entre a educação do menino com a da menina. A menina é iniciada na divisão sexual de encargos dentro da própria família, estabelecendo-se uma delimitação de papéis ditos “femininos” para que ela desempenhe antes mesmo de transpor as fronteiras da casa para a escola, enquanto o menino recebe educação que visa enaltecer o caráter, a força de vontade, a coragem, o heroísmo e a compreensão do dever, necessários ao bom desempenho das suas futuras funções na vida pública. (TORRES, 2002, apud BOLACHA, 2013).

Para além do papel da mulher ser definido desde cedo, as posições relativas dos homens e das mulheres na sociedade moçambicana são muito influenciadas pelos mecanismos e tradições culturais que definem a distribuição dos bens econômicos e recursos produtivos. No Norte e no Centro de Moçambique, predominam sistemas de descendência matrilinear, enquanto no Sul a descendência patrilinear constitui a norma. (SARMENTO, 2011).

A descendência patrilinear traça laços de parentesco e de filiação através da linha paterna [sémen]; os sistemas matrilineares definem a descendência através da linhagem materna [ventre]. Em termos práticos isto quer dizer que nos sistemas patrilineares os homens assumem a propriedade dos recursos do agregado familiar e é o homem que autoriza à mulher o uso destes recursos. Nas sociedades matrilineares os bens normalmente passam de geração para geração através dos familiares da mãe, permanecendo deste modo na linha sanguínea da mãe. Por outro lado, a descendência matrilinear fortalece a posição da mulher na sociedade porque após um divórcio a casa e os filhos continuam a constituir parte da família da mulher. Contudo, a descendência matrilinear não significa que as mulheres detenham o poder formal; de facto, o poder de decisão está investido no irmão da mãe (tio materno) que detém o direito de distribuir os bens e recursos. Estes mecanismos culturais refletem-se muito no papel da Mulher Moçambicana atualmente, muitas delas transportam esta questão cultural que começam dentro do seu agregado familiar para outras esferas da sua vida, definido o seu papel na sociedade. (SARMENTO, 2011, p. 3 & 4).

Embora a cultura seja um fator muito importante e se tenha a necessidade de preservá-la, algumas práticas socioculturais influenciam para a submissão da mulher na sociedade moçambicana, na medida que desenvolvem atitudes de preconceitos que não lhe permite uma realização profissional, diminuindo a sua autonomia, independência e liberdade de expressão. Toda esta subjugação culmina com desvalorização na equiparidade dos papéis, causando muitas das vezes sentimentos de frustração silenciosa na própria mulher nos dias de hoje. (PAULINO, 2014).

Ao falar do papel da mulher em Moçambique, importa realçar que o governo tem feito esforço no sentido de fazer com que a igualdade de gênero seja uma realidade, na medida em que põe em prática políticas de desenvolvimento que promovem a inserção de mulheres nos órgãos de tomada de decisões. Daí que a incorporação das mulheres na arena política em Moçambique tem sido feita, embora seja de forma gradual, no geral, o número de mulheres a ascenderem aos cargos de chefia tende a evoluir cada vez mais. (BOLACHA, 2013).

Entretanto, mesmo com maior participação na política e com uma percentagem elevada de membros na Assembleia da República, Karberg (2015) sustenta que a participação da mulher na política não leva a maior igualdade de gênero e a capacitação sócio-econômica das mulheres no país, visto que,

Moçambique é um dos países com a classificação mais baixa no Índice de Igualdade do Gênero, e as mulheres enfrentam inúmeros obstáculos na sua vida quotidiana, em particular no que diz respeito à violência doméstica constante, aos casamentos infantis prematuros, à mortalidade materna elevada, aos níveis de educação muito baixos, às taxas de VIH/SIDA muito elevadas, a menos postos de trabalho remunerados e a rendimentos inferiores. (KARBERG, 2015, p. 3).

O Karberg explica que o fato das mulheres estarem na vida política, em cargos de decisão e não haver maior igualdade de gênero, deve-se pela sociedade ter em parte uma forte cultura patriarcal tanto na vida social como na política, ou a lealdade das mulheres quanto dos homens ao partido no poder, a FRELIMO, que tem dominado muito da esfera política, social e econômica desde a independência de Moçambique, ou então pelo fato das mulheres em posições de tomada de decisão política não serem todas defensoras da igualdade de gênero e da capacitação da Mulher. Muitas mulheres agem individualmente, em busca do seu próprio interesse e benefício e, portanto, nem sempre promovem ativamente a capacitação geral da Mulher. (KARBERG, 2015).

Infelizmente a participação da mulher nos espaços públicos não têm decorrido de forma efetiva, ela tem sido grandemente afetada pela estratificação do gênero e sexual quer dentro da família quer no mercado, o que se justifica **principalmente com assuntos** ideológicos sobre os papéis sexuais e com a resistência à mudança mesmo quando esta é economicamente racional. (SARMENTO, 2011).

3.4. Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho em Moçambique

O processo de inserção diferencial entre homens e mulheres nos mercados de trabalho denomina-se segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero. Assim, a segmentação seria a concentração de oportunidades de trabalho para as mulheres em setores de atividade específicos e num número reduzido de ocupações dentro da estrutura produtiva. De ressaltar que os mercados de trabalho recrutam mulheres de maneira seletiva, diferentemente do que ocorre com os homens. Existe uma forte preferência para as mais jovens, mais escolarizadas, as que não têm um companheiro (solteiras, divorciadas, viúvas). (YANNOULAS, 2002).

A segregação sexual do emprego “é um conceito que nos propõe uma leitura para o facto de homens e mulheres ocuparem posições diferentes nas estruturas da divisão sexual do emprego”, razão pela qual “é frequentemente apontada como a principal expressão das desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho e principal fator para o diferencial que separa os salários femininos e masculinos”. (FERREIRA, 2003, *apud* SILVA, 2013.).

Percorrendo o caminho profissional, as mulheres acreditaram na ideia de que seria possível conciliar casa e carreira e foram à luta construindo uma dupla jornada de trabalho (SERPA, 2010). No entanto, as relações de gênero no universo do trabalho ainda são marcadas

por importantes assimetrias, especialmente quando se trata do nível salarial e do acesso a posições de maior responsabilidade dentro das organizações. (CAVAZOTTE, et al. 2010).

São incontáveis as dificuldades que as mulheres passam atualmente, Seggiaro (2017) aponta que,

As mulheres estão à frente de muitas organizações, todavia ainda existem resquícios dos séculos passados, limitando o mundo feminino em pleno século XXI. No mercado de trabalho as mulheres ainda recebem sistematicamente menos que os homens, e enfrentam diariamente problemas, como a discriminação de gênero, o assédio, a imposição de padrões de beleza e o machismo, ainda presentes nas empresas. (SEGGIARO, 2017, p.84).

Todavia, há que ressaltar que as desigualdades vividas no cotidiano da sociedade, no que se refere às relações de gênero, não se definiram a partir do econômico, mas, especialmente, a partir do fator cultural e do social, formando daí as representações sociais sobre as funções da mulher e do homem, dentro dos variados espaços de convivência, ou seja, na família, no trabalho, na escola, na igreja, na prática desportiva, nos movimentos sociais, enfim, na vida em sociedade. (SERPA, 2010).

Segundo Serpa (2010) no decorrer da história da humanidade observa-se que as mulheres conquistaram alguns direitos, mudaram seu modo de pensar e de agir, deixaram de ser submissas ao homem para tentar ficar em condição de igualdade com ele. A exemplo, temos a participação da mulher moçambicana no trabalho durante a luta de libertação nacional (1964 - 1974).

As primeiras (expressivas) formas de trabalho remunerado de que se tem notícia no país remontam ao período colonial quando homens e mulheres exerciam atividades domésticas nas casas dos colonos brancos escapando ao trabalho forçado. Porém, a mudança de sistema político, o acesso massivo dos moçambicanos ao sistema de educação, o desenvolvimento econômico, a conjuntura internacional sobre direitos humanos das mulheres, influenciou para que Moçambique pós-independente integrasse mais mulheres no mercado de trabalho. (MONJANE, 2011).

Hoje em dia, o mercado de trabalho enquanto plataforma de mobilidade socioeconômica e de emancipação feminina, não se limita apenas ao aspecto numérico. Este caracteriza-se também por uma alteração dos papéis tradicionalmente associados aos homens, às mulheres e às desigualdades sociais. (SILVA, 2013).

Em Moçambique, a taxa de participação da mulher na força de trabalho teve uma tendência crescente entre 1990 e 2003, passando de 85,45% a 87,69% e uma tendência decrescente entre 2003 e 2017, passando de 87,69% a 82,23%. Em todo o período (de 1990 a 2017), a taxa de participação da mulher na força de trabalho foi mais alta do que a participação do homem na força de trabalho. (PARIS, 2017).

Apesar das taxa de participação feminina na força de trabalho moçambicana ser uma das mais altas da **SADC**, é importante perceber o tipo de emprego que as mulheres têm, a sua qualidade e segurança. 83,1% das mulheres empregadas em 2014/15 encontravam-se no ramo de agricultura, silvicultura e pesca. Nestas três áreas de trabalho é comum encontrar vários membros da família (ou até mesmo a família toda) a trabalhar em conjunto. Há casos em que membros da família trabalham no negócio familiar mas sem remuneração. Essas mulheres não têm nenhum nível de educação e algumas têm o ensino superior completo, assim sendo, muitas mulheres podem estar em atividades de baixa segurança e empregos com pouca ou nenhuma remuneração, por causa da falta de alternativas, advinda do seu baixo nível de escolarização e da pobreza. (PARIS, 2017, p.15).

Faz-se importante lembrar que para além do tipo de emprego e a qualidade que a mulher está condicionada, o que mais dificulta a plena participação da mulher na esfera laboral são os valores sociais e as convenções de gênero estruturadas socialmente. Tais advêm de fatores culturais enraizados na sociedade, ampliados pela divisão sexual do trabalho, sobretudo na partilha de tarefas domésticas e no poder de decisão. (SILVA, 2013).

É nesse contexto que a criação de políticas públicas sensíveis à questão de gênero torna-se uma demanda não só internacional mas como uma necessidade interna para que não haja mais exclusão das mulheres dos processos de desenvolvimento. O acesso à educação, às atividades profissionalizantes, a existência de sociedades não discriminatórias, livres de violência e doenças incapacitantes, a existência de um ambiente de trabalho livre de assédio sexual e onde a progressão na carreira e as políticas remuneratórias não discriminam, são condições *sine qua non* para impulsionar as novas gerações de homens e mulheres ao mercado de trabalho, participando dessa forma no seu próprio desenvolvimento, no de suas comunidades e no desenvolvimento do seu país. (MONJANE, 2011).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentadas as análises, bem como as discussões dos resultados obtidos com base na proposta metodológica.

As políticas públicas, embora sejam programas que mais têm probabilidade de alcançar as necessidades do povo, ainda se mostram insuficientes e com falhas, principalmente em Moçambique, onde a informação não chega para todos os públicos-alvo. Isso se deve, sobretudo, pela falha na própria gestão do governo. Mediante esses fatos, buscou-se saber a percepção que as nossas entrevistadas tinham sobre as políticas públicas e a inserção da mulher no mercado de

trabalho. Foram entrevistadas 5 mulheres (com diferentes áreas de formação). O quadro 1 apresenta os dados básicos de cada entrevistada.

Quadro 1. Dados das participantes das entrevistas.

Código	Idade	Formação Profissional	Setor de trabalho (público/privado)	Cargo e Função
E1	29	Economia e Gestão	Privado	Supervisora provincial de operações no transporte de medicamentos para as unidades sanitárias.
E2	31	Engenharia Agrónoma	Público	Técnica de repartição de fomento e tecnologia
E3	29	Economia e Gestão	Privado	Gestora de relacionamento com clientes dentro da sala de mercados
E4	25	Administração Pública	Privado	Empreendedora
E5	25	Ciência Política	Privado	Docente universitária

Fonte: Autora, 2021.

A partir dos dados obtidos das entrevistadas, podemos perceber que as mulheres acima têm experiência no trabalho de mais de 5 anos, o que é bom, pois ao longo das entrevistas pudemos notar que algumas já tinham tido experiência de trabalho em mais de uma empresa, o que potencializou os dados dessa pesquisa.

Ao longo das entrevistas foram feitas muitas perguntas abertas que debruçaram sobre a pergunta norteadora da pesquisa, que consistia em saber das entrevistadas sobre as dificuldades para as mulheres encontrarem emprego: *Em sua opinião, existe dificuldades para as mulheres encontrarem emprego formal? Caso sim, comente sobre as dificuldades.* Em unanimidade, as entrevistadas concordaram que existe sim dificuldades para as mulheres encontrarem emprego, as opiniões coincidiram e todas alegam que a dificuldade se encontra na formação da mulher, no nível de escolaridade que ainda é baixo se comparado aos dos homens, no fato da mulher ser mulher e pela falta de oportunidades. Algumas falas das entrevistadas ilustram de forma representativa o ponto de vista sobre essa temática:

É uma dificuldade subjetiva ou coberta, não clara/óbvia para todo observador. As mulheres têm ainda hoje uma pressão maior em relação aos homens, no que toca aos cuidados da casa e aos cuidados dos filhos. Por exemplo, se uma família entra em

dificuldades financeiras, as primeiras pessoas a serem obrigadas ou forçadas a ficar em casa são as mulheres, então isso atrasa a formação profissional delas (E3).

Pode-se verificar, no relato da entrevistada 3 que o maior obstáculo para a mulher encontrar emprego formal está na sua formação, embora tenham muitas universidades públicas em Moçambique, o fato de estar enraizado na sociedade que o papel da mulher é com os cuidados domésticos, coloca a formação profissional como segundo plano na vida de algumas mulheres. Por isso, não basta criar novas universidades públicas como vem acontecendo, é necessário criar políticas públicas para que haja maior inclusão da mulher nesses espaços. (Cf. MELO; SUBUHANA, 2020)

Ainda nessa questão, outro fator importante levantado pela entrevistada 5, é sobre a priorização dos estudos por parte dos encarregados de educação e por questões biológicas da mulher.

Os encarregados de educação priorizam a educação dos filhos homens, por questões econômicas ou culturais. Outro elemento tem a ver com questões biológicas da própria mulher, com a gravidez, algumas entidades patronais encaram esse elemento como sendo algo desvantajoso, no sentido de empregar a mulher e ter que pagar o salário no período da licença maternidade (E5).

Ou seja, é como se a mulher tivesse que falar com a empresa contratada e tivessem que combinar a melhor época para que ela engravide, sendo que não existe melhor época quando se trata de trabalho. Durante a gravidez, e após o nascimento da criança, a mulher carrega um peso muito grande por isso, mas notamos que essa pressão não é sentida pelo pai. O que nos faz pensar que existe claramente uma diferença muito grande no tratamento dos homens e mulheres na sociedade e que já foi traçado o papel social para mulher.

Outra questão importante para analisar o mercado de trabalho moçambicano era saber das entrevistadas se existe *desigualdade de rendimento entre homens e mulheres nas atividades laborais*? Algumas das entrevistas ao responder afirmaram que existe sim desigualdade de rendimento, em que o mesmo poderia ser visto pelos dados publicados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Segundo a entrevistada E3, “o INE mostra claramente que as mulheres para a mesma idade e para a mesma formação profissional auferem um rendimento que é menor com relação aos seus colegas do sexo oposto. A diferença deve andar aos 10/20% de desigualdade de rendimento”. Ao mesmo tempo em que essa desigualdade é sentida pelas trabalhadoras, nota-se

que o próprio Estado tem consciência da existência desse problema, o que nos faz questionar, quais as políticas que o governo tem traçado para mudar essa realidade?

Por outro lado, a entrevistada E1 mesmo concordando com a existência dessa desigualdade, trouxe um elemento bastante importante para a pesquisa. Que é sobre analisar a desigualdade entre o setor público e privado, a entrevistada afirma que:

No aparelho do Estado não se vê com tanta frequência essa desigualdade, porque o aparelho do Estado tem uma tabela de salários e é organizado nessas questões. Mas no setor privado, em muitas das empresas o salário é negociado e você recebe o que estão dispostos a pagar. Uma mulher necessitada, mesmo com a melhor idade e formação acadêmica, se lhe oferecem um valor inferior ao que de fato deveria receber, ela vai aceitar porque precisa do dinheiro. (E1)

Para falar da diferença salarial entre o setor público e privado, recorremos ao pensamento de Souza e Medeiros (2013), ao afirmar que as políticas salariais estatais são influenciadas pelo funcionamento do mercado geral de trabalho, e o setor público é um segmento do mercado de trabalho regulado por regras bastante particulares e que visa objetivos distintos dos do setor privado. Os autores alegam que o setor público contém funcionários mais qualificados, sendo que o setor privado visa a redução de gastos com mão-de-obra para aumentar os lucros, e acabam admitindo pessoas sem qualificação necessária para poder pagar menos do que devia. Sendo assim, as mulheres necessitadas recebem mal, seja por não conseguir passar em um concurso público do Estado, seja por não ter mais opções e acabar por recorrer a uma empresa que vai pagar menos do que ela merece.

Quando perguntadas sobre a existência de *desigualdade na promoção a cargos de direção, com base nas questões de idade e gênero*, as entrevistadas responderam que existia, e mencionaram os seguintes casos:

- a) Assumir um cargo mesmo com direito a aposentadoria;
- b) Questionar a competência das mulheres ao assumir um cargo de direção e chefia;
- c) Associar a ascensão de mulheres com corrupção sexual;
- d) A questão do *Mansplaining*.

Os resultados mostram que mesmo que a mulher demonstre capacidade, muita força de vontade e diferentes habilidades, ainda assim, são escolhidos os homens mesmo com uma idade já avançada. Essas questões fazem com que “as mulheres fiquem menos confiantes sobre o que

elas estão a fazer, e conseqüentemente pode levar a serem mais tímidas na forma como se expressam profissionalmente e não serem vistas como uma líder de punho forte mas sim como uma líder de punho fraco" (E3).

No setor público, vemos que tem muita representatividade, existem muitas mulheres a ocupar grandes cargos de liderança e chefia. Entretanto, segundo a E5:

Tendo em conta que o lema atual dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um planeta 50/50, quando se colocam mulheres mesmo que sejam competentes, tende-se a questionar a competência delas. É como se aquela mulher fosse colocada só por questões de quantidade. Quando se coloca a mulher é só pra ter 50/50 nas instituições. (E5)

A igualdade de gênero deve ser garantida pelo governo em todos os níveis da vida política, econômica, social e pública. Entretanto, não deve ser algo que as organizações devem levar como obrigatoriedade, pois mesmo colocando as mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, a voz dessas mulheres não será sentida, porque sempre terá um homem influenciando o posicionamento da mulher ou então enfraquecendo os seus discursos durante as atividades laborais.

Posteriormente, perguntamos às participantes se tinham conhecimento de alguma *Política Pública para a Promoção da Igualdade de Gênero e/ou para Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho em Moçambique*. Somente duas das cinco entrevistadas tinham conhecimento claro da existência de alguma política pública, as outras participantes demonstraram certa dificuldade em responder prontamente essa questão, alegando que existem sim políticas, mas que não sabem que aquele programa que o governo promove é uma política pública de promoção da igualdade de gênero e/ou inserção da mulher no mercado de trabalho.

As entrevistadas 1 e 5, citaram as políticas públicas que têm conhecimento, são elas: “O Fórum Mulher e a Política de Gênero e Estratégia da sua Implementação”. A E5 falou-nos que tem conhecimento dessas políticas, pois trabalhou com elas no âmbito da elaboração da sua dissertação. Moçambique tem várias políticas, no entanto não são divulgadas as informações referentes a essas políticas, tanto que as pessoas não sabem da existência delas. Embora tenhamos políticas públicas que deviam promover a igualdade de gênero, o INE mostra em seus dados que as mulheres são as que menos se beneficiam dessas políticas, tal como afirma a E5:

A nível nacional existem várias políticas, só que os dados estatísticos nos mostram que as mulheres são as que menos se beneficiam, são as mulheres que ocupam cargos com baixo rendimento, cargos informais, cargos que de alguma forma implicam menos

formação. Tem tudo haver com um contexto cultural e econômico. O INE mostra que as mulheres são as mais beneficiadas pelas políticas de ação social, porque são as mais carenciadas, por conta do papel reprodutor, muitas delas não têm a oportunidade de terminar a formação e ter um emprego. Acabam ficando em casa e quando o marido perde a vida, elas ficam muito desestabilizadas, o que justifica as políticas de ação social. (E5)

Ainda no âmbito do conhecimento de alguma política pública, foi questionado as entrevistadas se *conheciam políticas em outros países e citassem alguma/s política*. Novamente, duas das cinco entrevistadas tinham conhecimento, e mencionaram: “Fórum da América Latina para Promoção da Mulher nos países da América Latina (sic)” (E1). A E3 mencionou que:

Nos EUA, quando se tem auditoria anual são obrigados a mostrar que funcionários para a mesma categoria com dados muito equivalentes, auferem salário igual. E se não o fizer, a empresa pode levar multa, existe também uma forte proteção à mulher com relação às questões do *Mansplaining*, existe uma linha verde de denúncias para estas situações, existe também o movimento HeforShe.

Uma coisa que podemos notar, é que diferentemente dos outros países, Moçambique não fala de forma aberta sobre assuntos ligados ao feminismo. É normal que uma pessoa que esteja a cursar o último ano da faculdade, nunca tenha ouvido falar desse termo, logo, é natural que a maioria das pessoas não conheçam as políticas públicas nacionais e internacionais sobre a promoção da igualdade de gênero porque não estão familiarizados com esse assunto.

Por último, perguntamos *se já tinham ouvido falar do Ministério do Gênero, Criança e Ação Social (MGCAS)? Se sim, o quê?* E todas entrevistadas responderam que sim. Que “O Ministério dirige e coordena a execução de políticas e ações de igualdade de gênero e proteção da criança e ação social (E1); “O Ministério lida diretamente com assuntos ligados com os direitos das mulheres, tanto na área trabalhista como na área de direito” (E2); “É onde se dá assistência às crianças abandonadas” (E4); “É um ministério que é transversal na medida que trabalha com todos outros ministérios, de forma que as questões de gênero não estejam apenas a ser efetivadas em apenas um ministério, mas que as questões de gênero estejam e passem pelos outros ministérios.” (E5).

Uma entrevistada mostra que o MGCAS não é tão percebido pela comunidade externa, apesar de a maioria ter ideia do trabalho que eles executam internamente. Este fator é abordado por uma das entrevistadas:

Certamente que o MGCAS tem alguns projetos que têm levado a cabo. Mas honestamente, considero esses projetos muito tímidos, ou pelo menos que não estão a ter a divulgação que mereciam, porque caso contrário eu saberia claramente o que eles estão a fazer. Eu sei que existem porque já vi a ministra a ser nomeada, mas não sei o que eles estão a fazer, porque simplesmente o que quer que eles façam não chega aos nossos ouvidos, então, para mim é como se fosse uma entidade fantasma a operar em Moçambique. (E3).

Quando o MGCAS promove iniciativas, como jornadas de formação e capacitação, participam nelas grupos e movimentos que já têm contato com o ministério a bastante tempo, e o público que realmente é necessitado não tem sequer informações sobre essas iniciativas. É importante que, para além de saber de modo geral a funcionalidade do ministério, as mulheres conheçam de forma profunda e se sintam parte integrante desse ministério.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu, essencialmente, compreender a relação que as políticas públicas têm na inserção da mulher no mercado de trabalho. Para o alcance do nosso objetivo geral, a pesquisa apoiou-se nos seguintes objetivos específicos: identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres moçambicanas no trabalho; analisar o papel da mulher na sociedade moçambicana e comparar a distribuição percentual dos cargos de direção por idade e gênero.

Os objetivos propostos foram alcançados, por meio de uma contextualização histórica e atual, que permitiu analisar o papel da mulher na sociedade, abordar sobre a questão de gênero e analisar a inserção da mulher no mercado de trabalho em Moçambique. Com base nisso, podemos compreender como é e está estruturado o espaço sociocultural, político e econômico com base no gênero. Através do estudo de caso, feito por meio de entrevistas emotas e semiestruturadas, tivemos conhecimento de fatores que determinam o acesso da mulher ao mercado de trabalho, bem como, de que forma as relações sociais e as representações sociais sobre os papéis de gênero nas relações de poder se manifestam no mercado de trabalho.

No desenvolvimento da pesquisa foi possível notar que a mulher ainda precisa enfrentar diversas desigualdades no mundo do trabalho. Começando pela possibilidade de inserção, ao tipo de trabalho conquistado, a remuneração recebida, ao cargo que consegue ter acesso, à dupla jornada que deve ser encarada e um dos maiores problemas que afetam a plena implementação das políticas públicas em Moçambique, é a fraca divulgação das políticas pelos órgãos governamentais. Algumas mulheres não têm conhecimento dos seus direitos, o que acaba condicionando a posição da mulher na sociedade e no mercado de trabalho.

O problema da pesquisa procurou compreender em que medida a adoção das políticas públicas influencia na inserção da mulher no mercado de trabalho. Com base nos dados contidos

do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de outras entidades como o Ministério do Gênero, Criança e Acção Social (MGCAS), válida-se a hipótese que dá conta que a aplicação das políticas públicas seja obrigatória, podendo influenciar positivamente na obtenção de uma sociedade igualitária ou com menos desigualdade, na medida em que as políticas públicas contêm elementos fundamentais para a promoção, e divulgação de informações relativas à participação da mulher nas diferentes esferas da sociedade.

Face ao tema proposto no trabalho, concluiu-se que não basta apenas a criação de políticas públicas para garantir a inserção da mulher no mercado de trabalho, é necessário que essas políticas sejam mais focadas, presentes e específicas para assegurar o acesso ao mercado de trabalho. Desta forma, recomenda-se às entidades responsáveis pela criação de políticas mais ousadas, para trabalharem mais na divulgação das mesmas e que as pautas das mulheres não seja apenas responsabilidade de um único ministério.

Aos futuros pesquisadores, considera-se que este trabalho seja um contributo e ponto de partida para outras investigações, na medida que possa ser um subsídio de consulta e que possa trazer mudanças na forma como lidamos com as políticas públicas e o mercado de trabalho moçambicano. Que no futuro os papéis sociais das mulheres não determinem a sua posição na sociedade ou no trabalho, e que homens e mulheres possam se relacionar de modo igualitário em termos de recursos, poder decisório, distribuição de tarefas e oportunidades de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João; PINTO José. **Teoria e investigação empírica nas Ciências sociais**. Vol. XI, n.42-43, p. 365-445. Lisboa, 1975.

AGY, Aleia. **Desigualdades de género em contextos rurais em Moçambique**: estudos de caso em localidades na província de Nampula. Maputo. 2017.

BOLACHA, Natália. **A Mulher Moçambicana na Ocupação de Cargos de Decisão: um estudo de caso no âmbito das direcções provinciais de Nampula**. Lisboa, UCP. 2013.

CAVAZOTTE, Flávia. et al. Desigualdade de género no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. **R. Adm.** São Paulo, v.45, n.1, p.70-83, jan./fev./mar. 2010.

FARAH, Marta. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.

Ferreira, Virgínia. **Relações Sociais de Sexo e do Emprego: Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, dissertação de doutoramento em sociologia. Coimbra, 2003.

FREITAS, Isabella. **Análise da Desigualdade de Gênero nas Condições de Trabalho no Brasil: conquistas e desafios - 2004 a 2015**. UFRJ, 2018.

GIANEZINI, Kelly. et al. **Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século xxi**. Criciúma-SC: UNESC, 2017.

GIL, António Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Edição, São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MELO, Catarina Esperança Maquile de; SUBUHANA, Carlos. O acesso à educação formal como alternativa às desigualdades de gênero em moçambique. **Revista África e africanidades**, v. 13, p. 1-15, 2020.

MOÇAMBIQUE- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Inquérito Integrado à Força de Trabalho** (IFTRAB, 2004/05): Relatório Final. Maputo, 2006.

MOÇAMBIQUE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Mulheres e Homens em Moçambique**. Maputo: INE, 2017.

MOÇAMBIQUE- MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS. **Brochura sobre Indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**. Maputo, 2015.

MOÇAMBIQUE- MINISTÉRIO DO GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL. **Perfil de Género de Moçambique**. Maputo, 2016.

MONJANE, Valuarda. **Participação Feminina no Mercado de Trabalho em Moçambique**. Maputo, 2011.

NEWITT, M. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América, 1995.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

KARBERG, Sindy. **Participação Política das Mulheres e a sua influência para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique**. Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

SANTANA, Jacimara. **Mulher e notícias: os discursos sobre as mulheres de Moçambique na revista tempo (1975-1985)**. Salvador, 2006.

SARMENTO, Enilde. **O Papel da Mulher no Desenvolvimento: O Caso de Moçambique**. Espanha, 2011.

SEGGIARO, Felipe. Mulheres no Mercado de Trabalho: Análise das Dificuldades de Gênero Enfrentadas pelas Mulheres Do Século XXI. **REMAS-Revista Metodista de Administração do Sul**, v. 2, n. 1, 2017.

SELLTIZ, Claire, et al. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: EPU, 1984.

SERPA, Nara. A Inserção e a Discriminação da Mulher no Mercado de Trabalho: Questão de Gênero. **Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010.

SILVA, Maria. **O Processo de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Angolano: Estratégias, Trajetórias e Contextos Socioprofissionais**. Lisboa, ULHT/FCSH, 2013.

SOARES, Vera. **Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes**. São Paulo: URBIS, 2004.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura.” In: **Sociologias**. Porto Alegre, no 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Pedro; MEDEIROS, Marcelo. Diferencial Salarial Público-Privado e Desigualdade de Renda per capita no Brasil. **Est. Econ.**, São Paulo, vol. 43, n.1, p.5-28, jan.-mar. 2013.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, Apostila. 2006.

TORRES, Iraildes. **As primeiras damas e assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez. 2002.

PARIS, Yonesse. **Os Determinantes da Participação da Mulher na Força de Trabalho em Moçambique, 2014/15**. Helsinki/Finlândia: UNU-WIDER, 2017.

PAULINO, Paulino. **O papel da mulher na sociedade moçambicana: caso da comunidade yao-cidade de Lichinga, 2006-2013**. Lichinga: UP. 2014.

Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

YANNOULAS, Silvia. **Dossiê: Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho**. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.